

Projudi - Processo Eletrônico do Judiciário do Roraima

Início Ações 1º Grau Ações 2º Grau Parecer Citações Intimações Audiências Sessões 2º Grau Buscas Estatísticas Outros

Operação realizada com sucesso. Protocolo:
2936299020201214170310

Processo 0816369-92.2020.8.23.0010 ☆ - (172 dia(s) em tramitação)

Classe Processual: 7 - Procedimento Ordinário
Assunto Principal: 9597 - Seguro
Nível de Sigilo: Público

Informações Gerais

Informações Adicionais

Partes

Movimentações

Apensamentos (0)

Vínculos (0)

Realces

Realçar Movimentos de:

Ocultar Movimentos:

☐ Magistrado

☐ Servidor

☐ Advogado

☐ Membro MP

☐ Defensor

☐ Procurador

☐ Outros

☐ Audiência

☐ Inválidos

☐ Sem Arquivo

☐ Hab. Provisória

Filtros

Movimentado Por:

Sequencial(Intervalo):

Descrição:

☐ Advogado

☐ Advogado NPJ

☐ Entidades Remessa

☐ Magistrado

☐ Procurador

☐ Servidor

ao

Data do Movimento(Período):

à

58 registro(s) encontrado(s), exibindo de 1 até 58

500 por pág.1

Seq.	Data	Evento	Movimentado Por	
<div></div>	58	14/12/2020 17:03:10	JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO
		Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE LAUDO (04/12/2020)	Procurador	
58.1 Arquivo: Petição		Ass.: JOAO ALVES BARBOSA FILHO	2732599IMPUGNACAOALAUDOPERICIAL01.pdf	Público
<div>+</div>	57	10/12/2020 17:39:44	EXPEDIÇÃO DE LEVANTAMENTO DE HONORÁRIOS PERICIAIS	Paulo Pereira de Carvalho
		Referente ao evento (seq. 52) JUNTADA DE LAUDO(04/12/2020 20:14:30). Identificador do Cumprimento: 0002	Analista Judiciário	
<div>+</div>	56	09/12/2020 17:28:35	JUNTADA DE CERTIDÃO	Paulo Pereira de Carvalho
		LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA	Analista Judiciário	
55		08/12/2020 16:39:34	(Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 09/12/2020 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 52) JUNTADA DE LAUDO (04/12/2020) e ao evento de expedição seq. 53.	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO
		EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO	Procurador	
54		04/12/2020 21:29:00	Para advogados/curador/defensor de CARMEN ELENA GOMEZ PALACIOS com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 52) JUNTADA DE LAUDO (04/12/2020)	RAFAEL DE ALMEIDA COSTA
		EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO	Analista Judiciário	
53		04/12/2020 21:29:00	Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 52) JUNTADA DE LAUDO (04/12/2020)	RAFAEL DE ALMEIDA COSTA
			Analista Judiciário	
<div>+</div>	52	04/12/2020 20:14:30	JUNTADA DE LAUDO	VITOR PARACAT SANTIAGO
		PRAZO DECORRIDO	Perito	
51		03/12/2020 00:01:41	Sem Resposta - (Referente a(o) CARTA DE INTIMAÇÃO (A.R.) determinado pelo evento JUNTADA DE CERTIDÃO(09/10/2020)	SISTEMA CNJ
		LEITURA DE CARTA DE INTIMAÇÃO (A.R.) REALIZADA		
<div>+</div>	50	10/11/2020 09:10:00	CARTA DE INTIMAÇÃO (A.R.) lido em 10/11/2020 - Referente ao evento de expedição (seq. 42) EXPEDIÇÃO DE CARTA DE INTIMAÇÃO (A.R.) (13/10/2020 17:58:45)	DANYELE BEATRIZ CAVALCANTE DE OLIVEIRA
		RENÚNCIA DE PRAZO DE CARMEN ELENA GOMEZ PALACIOS	Estagiária	
49		26/10/2020 10:22:01	Referente ao evento JUNTADA DE CERTIDÃO (09/10/2020)	PAULO SERGIO DE SOUZA
		HABILITAÇÃO PROVISÓRIA	Advogado	
48		24/10/2020 13:26:24	Perito Oficial: VITOR PARACAT SANTIAGO habilitado até 22/01/2021 (90 dias)	PRISCILLA RODRIGUES MARQUES
		DECORRIDO PRAZO DE SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	Analista Judiciária	
47		24/10/2020 00:07:18	(P/ advgs. de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A *Referente ao evento (seq. 39) JUNTADA DE CERTIDÃO (09/10/2020) e ao evento de expedição seq. 41.	SISTEMA CNJ
<div>+</div>	46	22/10/2020 11:59:24	JUNTADA DE INFORMAÇÃO	MICHAEL DANTAS DA SILVA
		LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA	Estagiário	
45		20/10/2020 00:00:39	(Pelo advogado/curador/defensor de CARMEN ELENA GOMEZ PALACIOS) em 19/10/2020 com prazo de 5 dias úteis *Referente ao evento (seq. 39) JUNTADA DE CERTIDÃO (09/10/2020) e ao evento de expedição seq. 40.	SISTEMA CNJ
		LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA		
44		16/10/2020 09:10:31	(Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 16/10/2020 com prazo de 5 dias úteis *Referente ao evento (seq. 39) JUNTADA	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO
			Procurador	



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR

Processo: 08163699220208230010

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **CARMEN ELENA GOMEZ PALACIOS**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.^ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente. Assim, supostamente na posse de todos os documentos pleiteia em esfera judicial indenização referente à INVALIDEZ PERMANENTE.

Em que pese o caráter social do Seguro Obrigatório DPVAT, o beneficiário legal da indenização tem que, necessariamente, preencher os requisitos legais para recebimento do referido seguro.

Após a análise da documentação fornecida pelo beneficiário legal da indenização é de suma importância, a fim de concluir se o sinistro é indenizável ou não, cumprindo ressaltar que o Seguro Obrigatório DPVAT é alvo dos mais diversos tipos de fraude.

Neste sentido, o sinistro foi cancelado administrativamente, tendo em vista que a parte encontrava-se em tratamento.

Noutro giro, após a nomeação de perito as partes apresentaram quesitos para que fosse verificado qual o grau de comprometimento da Invalidez apurada.

Ora Exa., não é crível que com os avanços da medicina, os tratamentos realizados na parte autora serviram para agravar uma possível lesão decorrente do acidente sofrido e não oportunizaram uma melhora.

É certo que o julgador não está adstrito à conclusão contida no laudo pericial, mas a simples leitura do mesmo demonstra que a r. Perito não buscou comprovar um suposto agravamento de eventual lesão, somente limitando-se a responder os quesitos apresentados de maneira simplista e sem qualquer fundamentação.

Pelo exposto, a parte ré impugna o laudo pericial produzido, requerendo que seja afastada a conclusão pericial, devendo ser levado em consideração o conjunto fático-probatório dos autos, sobretudo os documentos médicos acostados na exordial, que demonstram a ausência de agravamento de eventual lesão sofrida à época do acidente capaz de gerar indenização, sendo os pedidos autorais julgados improcedentes.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 10 de dezembro de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/RR 451-A

SIVIRINO PAULI
101-B - OAB/RR